

Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### EDITAL DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: Nº 48/2019

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

| RECIBO   |                    |                       |                     |
|--|--------------------|-----------------------|---------------------|
| A Empresa<br>retirou este Edital de Licitação e deseja ser informa | ada de qualq<br>ou | uer alteração<br>pelo | pelo e-mail<br>fax: |
| (Assinatura)   | /                  | _/                    |                     |

OBS.: ESTE RECIBO DEVERÁ SER R<mark>EMETIDO À</mark> COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO PELO FAX: (37) 3246.1404 PARA EVENTUAIS COMUNICAÇÕES AOS INTERESSADOS, QUANDO NECESSÁRIO.

O PRESENTE EDITAL ESTÁ SUJEITO À EVENTUAIS ALTERAÇÕES, QUE SERÃO DEVIDAMENTE PUBLICADAS DA MESMA FORMA QUE O ORIGINAL, DEVENDO AS EMPRESAS INTERESSADAS ACOMPANHAR, VIA INTERNET, JUNTO AO SITE <u>WWW.IGARATINGA.MG.GOV.BR</u>, TODO O TRÂMITE LICITATÓRIO, ATÉ A DATA DE ABERTURA DO CERTAME.

O Município de Igaratinga não se responsabiliza por comunicações à empresa que não encaminhar este recibo ou prestar informações incorretas no mesmo. Considerar-se-á válida a CÓPIA FIEL do edital publicado no quadro de aviso da Prefeitura Municipal de Igaratinga. Em caso de licitação na modalidade PREGÃO, as empresas que consultarem esse edital na Prefeitura Municipal de Igaratinga deverão também cumprir todos os requisitos para participação.



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

### **EDITAL DE LICITAÇÃO**

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

NORMAS DA LICITAÇÃO PARA

CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS PARA AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR TORRE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE IGARATINGA/MG.

### **PREÂMBULO**

O MUNICÍPIO DE IGARATINGA, com sede a Praça Manuel de Assis, 272, centro, inscrita no CNPJ sob o nº 18.313.825/0001-21, com sede à Praça Manuel de Assis, 272, Centro, CEP: 35.695-000, realizará o procedimento de licitação nº 48/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 32/2019, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, exclusivamente para participação de microempresas — ME, empresas de pequeno porte — EPP ou equiparadas, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº 462/2006 com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e anexos.

Os envelopes contendo a proposta comercial e documentação de habilitação serão recebidos em sessão pública **às 09:00 horas do dia 03/07/2019**, na sala da Comissão Permanente de Pregão da Prefeitura, à Praça Manuel de Assis, 272 - Centro – Igaratinga – MG, oportunidade em que serão examinados.

O pregão será realizado pela Pregoeira, servidora **Taciana Aparecida Máximo.** Comporão a Equipe de Apoio os servidores Emanuela Carolina da Silva, Denise Gonzaga Silva e Marta Aparecida de Faria, podendo ser substituído qualquer servidor designado pela Portaria N.º 521 de 18 de dezembro de 2018. MENTO

O edital poderá ser obtido, na íntegra, através de solicitação feita por escrito, via fax (37)3246-1404 ou e-mail <u>licitacao@igaratinga.mg.gov.br</u> no sítio <u>www.igaratinga.mg.gov.br</u>.

### 1 - OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS PARA AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR TORRE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE IGARATINGA/MG, conforme descrito e especificados no termo de Referência anexo III deste Edital.

### 2 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

- 2.1 A participação nesta licitação é restrita às microempresas ME, empresas de pequeno porte EPP e equiparadas (sociedades cooperativas que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do caput do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados) do ramo pertinente ao objeto licitado.
- 2.2 Não poderão participar do presente certame a empresa:
- 2.2.1 concordatária; em processo de falência; sob concurso de credores; em dissolução; ou em recuperação judicial;
- 2.2.2 estrangeira que não funcione no País;
- 2.2.3 com o direito suspenso de contratar com a Administração Pública, em especial o Município de Igaratinga ou por ter sido declarada inidônea;
- 2.2.4 que esteja cumprindo penalidade que a impeça de participar de licitação junto à Administração Pública Municipal;
- 2.2.5 que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Igaratinga.

### 3 - ENTREGA DOS ENVELOPES

- 3.1 Dos envelopes "PROPOSTA COMERCIAL" e "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".
- 3.1.1 Os envelopes "Proposta Comer<mark>cial" e "Doc</mark>umentos de Habilitação" deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues a pregoeira, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Igaratinga - Comissão Permanente de Pregão - Praça Manuel de Assis, 272 - Centro - Igaratinga - MG.

DATA: 03/07/2019

HORÁRIO: 09:00 HORAS

3.1.2 Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres: MANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

| PREFEITURA MUNICIPAL DE IGARATINGA/MG |
|---------------------------------------|
| PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019          |
| ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL   |
| PROPONENTE:                           |
|                                       |



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

3.1.3 O Município de Igaratinga não se responsabilizará por envelopes de "Proposta Comercial" e "Documentos de Habilitação" que não sejam entregues a pregoeira designada, no local, data e horário definidos neste edital.

### 4 - CREDENCIAMENTO

- 4.1 Na sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, o proponente/representante deverá se apresentar para credenciamento, junto a Pregoeira, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste certame e a responder pela representada, devendo, ainda, identificar-se, exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente, com foto (APRESENTAR ORIGINAL E XEROX).
- 4.2 O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou documento que comprove os necessários poderes para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 4.3 No caso de credenciamento por instrumento particular de procuração, com firma reconhecida de dirigente, sócio ou proprietário da empresa proponente, deverá ser apresentada cópia autenticada do respectivo estatuto ou contrato social e da última alteração estatutária ou contratual, no qual sejam expressos os poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 4.4 O documento de credenciamen<mark>to poderá o</mark>bedecer ao modelo constante no anexo II, para facilitar sua interpretação.
- 4.5 Deverá ME ou EPP definida pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, por meio de **certidão expedida pela Junta Comercial** comprovando sua condição, conforme artigo 1º e 8º da Instrução Normativa nº 103 de 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC; ou sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP por meio de comprovação de que tenha auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados e ainda declaração de que são beneficiários da Lei Complementar nº 123, de 2006, e que estão excluídas das vedações impostas no § 4º, do art. 3º desse dispositivo legal e ainda declaração conforme modelo constante no Anexo IV.

**OBSERVAÇÃO:** A certidão expedida pela junta comercial deverá ser com expedição de no máximo 60 (sessenta) dias.

- 4.6 Será indeferido o credenciamento sempre que não forem apresentados os documentos necessários à identificação do interessado ou demonstrada sua condição de representante do licitante.
- 4.7. A pessoa interessada, não credenciadas, poderão acompanhar as sessões de abertura dos envelopes, desde que não interfiram de modo a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.
- 4.8 Será admitida somente um representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar somente uma credenciada.



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

4.9 Juntamente com a proposta comercial, a licitante apresentará a <u>declaração de</u> <u>que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, conforme modelo a seguir, além dos certificados e/ou declarações eventualmente exigidos nos anexos.</u>

| DECLARAÇÃO  |   |  |  |  |  |
|---|---|--|--|--|--|
|   | de plenamente todos os requisitos lo Presencial nº 32/2019. |  |  |  |  |
| Data e local  |   |  |  |  |  |
|   |   |  |  |  |  |
| Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal |   |  |  |  |  |

4.10 <u>Caso qualquer proponente deixe de apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pela Pregoeira.</u>

#### 5 - PROPOSTAS COMERCIAIS

- 5.1 As propostas comerciais serão datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, podendo observar o modelo anexo I a este edital, e constarão:
- 5.1.1 Nome, número do CNPJ, endereço, telefone e fax da empresa proponente;
- 5.1.2 As propostas deverão ser do tipo menor preço Item.
- 5.1.3 <u>Termo de compromisso do licitante, declarando que o objeto do certame será prestado e entregue conforme estipulado no Edital e Termo de Referência, anexo III; SEORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO</u>
- 5.1.4 Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data estipulada para a entrega dos envelopes;
- 5.1.5 Nome do banco, agência e número da conta corrente do licitante.
- 5.2 As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pela pregoeira, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida, o representante da empresa, se estiver presente na sessão deverá assinar a proposta.
- 5.3 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 5.4Os preços serão cotados com duas casas decimais. Ex: R\$ 0,01



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

5.5 As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas um preço e uma marca para cada item do objeto desta licitação.

5.6 A GARANTIA deverá ser de 12 (doze)meses.

### 6 - HABILITAÇÃO

- 6.1 Quanto à REGULARIDADE JURÍDICA, a licitante apresentará:
- 6.1.1 Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 6.1.2 Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;
- 6.1.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 6.1.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.1.5 Deverá apresentar a documentação da regularidade jurídica acima citada se não tiver apresentado no credenciamento.
- 6.1.6 Os documentos relacionados acima não precisarão constar do envelope "Documentos de Habilitação", se tiverem sido apresentados para o credenciamento neste Pregão. Se as alterações do contrato social, em sua totalidade, tiverem sido consolidadas num só documento, devidamente registrado na Junta Comercial, bastará a apresentação do contrato social consolidado, documento que consubstancia a consolidação de todas as alterações realizadas. Do contrário, o licitante poderá apresentar a versão original acompanhada das alterações promovidas e registradas no órgão competente.
- 6.2 Quanto à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA, apresentará:
- 6.2.1 Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ;
- 6.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.
- 6.2.3 Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal:
- 6.2.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 6.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do título VII A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943. (Lei Federal 12.440/2011).
- 6.3 Quanto à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA, apresentará:



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

6.3.1 Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da comarca da sede da pessoa jurídica ou de execução de pessoa física, de acordo com o inciso II do artigo 31 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a certidão não especificar prazo de validade, considerar-se-á o prazo de **60 (sessenta)** dias, contados da data de sua emissão.

6.4 Juntamente com os documentos referidos nesta cláusula será apresentada, para fins de habilitação, declaração de que a empresa não se acha declarada inidônea para licitar e contratar com o Poder Público ou suspensa do direito de licitar ou contratar com a Administração Municipal; e declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei. As declarações obedecerão aos modelos a seguir para facilitar sua interpretação:

| DECLARAÇÃO   |      |      |      |       |         |              |                 |    |
|--|------|------|------|-------|---------|--------------|-----------------|----|
| A empresa  |      |      | , C  | NP.   | J n.º . |              | , declara       | Э, |
| sob as penas da lei, que, até a pr   | rese | nte  | data | , ine | exister | n fatos impe | ditivos para su | ıa |
| habilitação, no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar |      |      |      |       |         | ar           |                 |    |
| ocorrências posteriores, Pregão 48/2019.   | Pre  | send | cial | n°    | 32/20   | 19, Process  | o Licitatório n | ۱° |
| Data e local   |      |      |      |       |         |              |                 |    |
| Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal                                  |      |      |      |       |         |              |                 |    |
| rtome o desmatara de Emeter ou rtoprosontante Logar                                  |      |      |      |       |         |              |                 |    |

| DDEEEITI II  |  |  |  |  |  |
|--|--|--|--|--|--|
| DECLARAÇÃO   |  |  |  |  |  |
| A empresa, CN  |  |  |  |  |  |
| sob as penas da lei, que na mesma não há real        |  |  |  |  |  |
| ou insalubre por menores de 18 anos ou a r           |  |  |  |  |  |
| menores de 16 anos, salvo na condição de             |  |  |  |  |  |
| Presencial nº 32/2019, Processo Licitatório nº 48    |  |  |  |  |  |
| Data e locals formando trabalho em desenvolvimento   |  |  |  |  |  |
| Nome e assinatura do Diretor ou Representante Legal. |  |  |  |  |  |

- 6.5 Serão analisados no CRC somente os documentos exigidos para este certame, sendo desconsiderados todos os outros, mesmo que estejam com a validade expirada.
- 6.6 O Certificado de Registro cadastral CRC emitido pela Prefeitura Municipal de Igaratinga/MG, acompanhado mapa de acompanhamento de validade devidamente assinado pelo Presidente ou membro da Comissão de Licitação, e com validade em vigor, substitui todos os documentos exigidos nos itens anteriores deste edital para habilitação, porém deverão ser apresentados os outros documentos, que não constem no CRC.
- 6.7 <u>Da habilitação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.</u>



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

- 6.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial correspondente ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, para a regularização da documentação, podendo ser prorrogado a critério desta administração.
- 6.7.3 Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado nos 5 (cinco) dias úteis inicialmente concedidos.
- 6.7.4 A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado a Pregoeira convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do item 7, ou submeter o processo à Autoridade Competente para revogação.
- 6.7.5 Os documentos exigidos neste edital deverão ser apresentados com vigência plena na data fixada para sua apresentação.
- 6.7.6 Os documentos mencionados n<mark>este</mark> item 06 não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo.
- 6.7.7 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e preferencialmente, com número do CNPJ e endereço, observando-se que:
- 6.7.7.1 Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar nome da matriz;
- 6.7.7.2 Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 6.7.7.3 Se o licitante for <u>matriz</u>, e o executar do contrato for <u>filial</u>, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da <u>matriz</u> e da <u>filial</u>, simultaneamente;
- 6.7.7.4 Serão dispensados da <u>filial</u> aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da <u>matriz</u>;

### 7 - SESSÃO DO PREGÃO

- 7.1 Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes de proposta comercial dos licitantes, cadastrando-as no sistema e comunicando a todos os licitantes sobre as declarações da Lei Complementar 123/06.
- 7.2 Após o cadastramento dos valores de cada empresa participante, a Pregoeira declarará aberta a sessão do PREGÃO para os lances, **oportunidade em que não mais aceitará novos proponentes.**
- 7.3 CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 7.3.1 Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.
- 7.3.2 O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10 % (dez por cento) superiores àquele serão classificado para participarem dos lances verbais.
- 7.3.3 Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no artigo anterior, a pregoeira classificará as melhores propostas, até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais.

### 7.4 - LANCES VERBAIS

- 7.4.1 Aos licitantes classificados e presentes na sessão será dada a oportunidade para disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.
- 7.4.2 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pela pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.
- 7.4.3 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.
- 7.4.4 Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, esta poderá ser aceita.
- 7.4.5 Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, o sistema classificará os licitantes em ordem alfabética para definir a ordem de apresentação dos lances.

#### 7.5 JULGAMENTO

- 7.5.1 Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR ITEM**, inciso I, § 1º do art. 45, da Lei n.º 8.666/93.
- 7.5.2 Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá a pregoeira, juntamente com a equipe de apoio, decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.
- 7.5.3 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, a pregoeira procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.
- 7.5.4 Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste edital para habilitação, o licitante será declarado vencedor.
- 7.5.5 Se a oferta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

- 7.5.6 Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, a pregoeira deverá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido um melhor preço.
- 7.5.7 Atendendo aos termos da Lei Complementar nº123/2006, de 14/12/2006, após a etapa de lances, sendo verificada a ocorrência de empate, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para empresas enquadradas na definição de microempresas e empresas de pequeno porte. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte seja igual ou até 5%(cinco por cento)superior à proposta mais bem classificada.
- 7.5.8 Para efeito do disposto no item 7.5.7, ocorrendo empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- 7.5.8.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocado para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo de 05(cinco) minutos, após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- 7.5.8.2 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma de subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.5.7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 7.5.8.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.5.7, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.5.8.4 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 7.5.7, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 7.5.8.5 O disposto no item 7.5.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.
- 7.5.8.6 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, ou do procedimento em caso de empate, conforme disposto neste item, será verificada a conformidade entre menor lance e o valor estimado para a contratação.
- 7.5.8.7 Caso não sejam apresentado lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação, e a ocorrência mencionada no item 7.5.7.
- 7.5.9 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pela pregoeira, membros da equipe de apoio, licitantes presentes e demais pessoas presentes na sessão.

### **8 RECURSOS**



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 8.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.2 O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 8.3 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará decadência do direito de recurso.
- 8.5 Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis pela Administração.
- 8.6 O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via correio eletrônico.
- 8.7 Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, a pregoeira devolverá, aos licitantes julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o aceite do produto pelo Setor Requisitante.

### 9 DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 Encerrada a seleção e ultrapassada a eventual fase recursal, com a indicação do licitante vencedor, a pregoeira adjudicará a este o objeto da licitação.
- 9.2 Verificada a regularidade dos atos e a realização do interesse público, nos termos do artigo 3º da Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

### **10 DO CONTRATO**

- 10.1 Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para firmar o termo de contrato ou instrumento equivalente conforme minuta em anexo, se for o caso.
- 10.2 O prazo para retirada do instrumento de contrato ou instrumento equivalente e devolução do mesmo assinado é ÚNICO e de 02 (dois) dias úteis, a partir do recebimento da convocação acima referida, sob pena de decadência do direito na forma do art. 42§ 2º, L.C 123/06.
- 10.3 O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

- 10.4 Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato.
- 10.5 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato ou instrumento equivalente, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 10.6 Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o às penalidades legalmente estabelecidas.
- 10.7 Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 10.8 O Município de Igaratinga, poderá nas mesmas condições contratuais, realizar acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme estabelecido no § 1º do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações.
- 10.9 A rescisão contratual dar-se-á nos casos dispostos nos artigo 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

### 11 CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DO OBJETO

- 11.1 O objeto do presente certame se<mark>rá entregue</mark> com até 15 (quinze) dias após a AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO nas condições apontadas no respectivo Termo de Referência anexo III e documentação deste pregão.
- 11.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO:
- 11.2.1 <u>provisoriamente</u>, para efeito de posterior verificação da conformidade do bem com as especificações, sendo feito imediatamente no recebimento.
- 11.2.2 <u>definitivamente</u>, após a verificação da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 11.3 Todas as observações que o licitante precisa saber para ofertar o objeto da presente licitação estão descritas no Termo de Referência, anexo ao edital.
- 11.4 De acordo com a legislação o contratado é obrigado a entregar a mercadoria de acordo com as especificações designadas pelo Requisitante.

#### 12 DO PAGAMENTO

- 12.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento em até 30 (trinta) após o recebimento definitivo da mercadoria, conforme a Autorização de Fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal, aceita e atesto do responsável pelo recebimento do objeto, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 12.2 O licitante detentor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.

12.3 - Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

### 13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1 Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente o objeto celebrado com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:
- 13.1.1 **advertência** utilizada como comunicação formal, ao **fornecedor**, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- 13.1.2 **multa** deverá ser prevista no instrumento convocatório, observados os seguintes limites máximos:
  - a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da mercadoria;
- b) 30% (trinta por cento) sobre o v<mark>alor dos se</mark>rviços, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto contratado, na hipótese da contratada injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa á sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste termo, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- 13.1.3 **suspensão** temporária de participação em licitação e **impedimento** de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações;
- 13.1.4 **declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 13.2 As penalidades de **advertência** e **multa** serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeada no instrumento convocatório.
- 13.3 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, constantes deste edital.



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

- 13.4 As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.
- 13.5 A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também aplicada àqueles que:
- Retardarem a execução do pregão;
- Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;
- Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.
- 13.6 A empresa enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte não está isenta das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93 se:
- Não regularizar a documentação, no prazo de 02(dois) dias úteis.

### 14 - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

- 14.1 O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Administração e Planejamento o Senhor Geraldo Fábio de Menezes e o fiscal o Senhor Fábio Costa Silva.
- 14.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO.
- 14.2.1 Organizar o contrato, apostilas e os termos aditivos;
- 14.2.2 o prazo de vigência e execução;
- 14.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)
- 14.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 14.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;
- 14.2.6 Manter atualizado os valores dos servicos com aditivos e supressões.
- 14.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO.
- 14.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- 14.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 14.3.3 Propor e sanções cabíveis;

### TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO

### 14 - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1 Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após apresentação da documentação e da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.
- 14.2 A empresa vencedora se responsabilizará pelo transporte e/ou seus custos, do objeto licitado até o local da obra.
- 14.3 Caberá ao Município de Igaratinga, através de sua unidade de compras, proceder à atualização dos dados dos fornecedores constantes do Cadastro Geral de Fornecedores sob a sua responsabilidade.
- 14.3.1 A atualização deverá ocorrer sempre que houver modificação das situações de fato enunciadas nos documentos que integram o cadastro e nas hipóteses de certidões, quando expirado seu prazo de validade.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

- 14.3.2 Caberá ao licitante interessado fornecer, quando solicitado pelo Município de Igaratinga, os documentos necessários à atualização a que se refere o item anterior, quando tal providência não puder ser cumprida de ofício.
- 14.3.3 O Município de Igaratinga deverá aproveitar os documentos apresentados pelos licitantes interessados em processos licitatórios para promover a atualização do cadastro.
- 14.4 Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 14.5 É facultado a pregoeira ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar aos órgãos competentes, a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 14.6 É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela, após aberta a sessão do pregão.
- 14.7 O objeto da presente licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões conforme previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.
- 14.8 É vedado à contratada subcont<mark>ratar tot</mark>al ou parcialmente o fornecimento do objeto deste pregão.
- 14.9 A presente licitação somente p<mark>oder</mark>á ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 14.10 A pregoeira, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação.
- 14.11 A dotação orçamentária específica para acobertar as despesas deste Pregão esta prevista no presente exercício na rúbrica nº(s): 02.01.04.126.2710.1.009-4.4.90.52.00-711.
- 14.12. O presente edital e seus anexos poderão ser examinados e adquiridos na Prefeitura Municipal de Igaratinga à Praça Manuel de Assis, 272 Centro Igaratinga MG ou pelo Site <a href="www.igaratinga.mg.gov.br">www.igaratinga.mg.gov.br</a>, sem ônus.
- 14.13 Informações complementares sobre a presente licitação serão prestadas pela Pregoeira, no horário de 08:00 às 11:00 horas ou de 12:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (37) 3246.1134 ou fax (37)3246-1404.
- 14.14 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou por servidor da Administração Municipal de Igaratinga, ou ainda por publicação em órgão da imprensa oficial. Todos os documentos (cópias Xerox) que vierem para autenticação por servidor público, deverão vir acompanhadas de seus originais para averiguação de sua autenticidade, não sendo admitido cópia autenticada por tabelião, como original, para autenticação por servidor público.



**Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21** 

- 14.15 Até 02 ( dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão. A impugnação do edital deverá ser protocolada nos seguinte endereço: Praça Manuel de Assis 272, Centro Igaratinga MG.
- 14.16 Caberá a Pregoeira decidir a petição impugnatória no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 14.17 Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.
- 14.18 Fica eleito o foro da Comarca de Pará de Minas-MG para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas deste processo licitatório, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado.

Prefeitura Municipal de Igaratinga, MG, 11 de Junho de 2019.

Taciana Aparecida Máximo Pregoeira

Visto:

Renato de Faria Guimarães FETURA DE Prefeito Municipal

IGARATINGA

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PROPOSTA COMERCIAL (em papel timbrado da proponente) DADOS A CONSTAR NA PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE **PROPOSTA** Razão Social CNPJ Endereço Telefone/Fax Nome do Signatário assinatura (para do contrato) Estado civil do Signatário Identidade do Signatário Nacionalidade do Signatário CPF do Signatário ITEM - conforme VALOR UNITÁRIO **VALOR TOTAL (R\$)** especificação técnica do Termo de Referência. Prazo de Validade da Proposta Local de Entrega Prazo de entrega TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO Procedência do objeto Marca do Produto Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos. Observações Local e Data

Assinatura do Responsável



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### **ANEXO II - MODELO DE CREDENCIAMENTO**

**PROCURAÇÃO** 

| A (nome da empresa)          |             | , CN      | PJ n.º      |              | , cor           | n sede  |
|------------------------------|-------------|-----------|-------------|--------------|-----------------|---------|
|                              |             |           |             |              | retores ou      |         |
| com qualificação completa -  | nome, RC    | G, CPF, i | nacionalio  | dade, estad  | lo civil, profi | ssão e  |
| endereço)pelo presente in    | strumento   | de m      | andato,     | nomeia e     | constitui,      | seu(s)  |
| Procurador(es) o Senhor(es)  | ) (nome, F  | RG, CPF   | , naciona   | lidade, esta | ado civil, pro  | ofissãó |
| e endereço), á quem confe    |             |           |             |              | •               |         |
| Igaratinga/MG (ou de form    | a genério   | a: para   | junto ac    | s órgãos     | públicos fe     | derais, |
| estaduais e municipais) prat | ticar os at | os neces  | ssários p   | ara represe  | entar a outo    | rgante  |
| na licitação na modalidad    |             |           |             | •            |                 | _       |
| licitações em geral), usando |             |           |             | `            | •               | •       |
| lhes, ainda, poderes espec   |             |           |             | •            | •               |         |
| lances verbais, negociar pro |             |           |             | •            | •               |         |
| firmar compromissos ou       |             |           |             | •            | <b>O</b> .      |         |
| substabelecer esta para ou   | •           |           |             |              | •               |         |
| tudo por bom, firme e valios | •           |           |             |              |                 |         |
| licitação.                   | , -,        |           | , , , , , , | - 121 0 000  |                 |         |

Local, data e assinatura REFEITURA DE

Contratada
(obs: RECONHECER FIRMAS)

TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### **ANEXO III**

### TERMO DE REFERÊNCIA

I - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP OU EQUIPARADAS PARA AQUISIÇÃO DE UM SERVIDOR TORRE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE IGARATINGA/MG.

Dotação Orçamentária: 02.01.04.126.2710.1.009-4.4.90.52.00-711.

| Dotag    | ao orçan | icitalia | 1. 02.01.04.120.27 10.1.009-4.4.90.32.0   | 0 7 1 1.        |                   |                |
|----------|----------|----------|---|-----------------|-------------------|----------------|
| Item     | Quant    | Unid     | Descrição   | Marca           | Valor<br>Unitário | Valor<br>Total |
| 01<br>TR | O1       | Unid.    | SERVIDOR TORRE - MEMÓRIA MÍNIMA: 16 GB Tecnologia da memória: DDR4 SDRAM - PROCESSADOR E CHIPSET: Fabricante do processador: Intel Núcleo do processador: Quad-core (4 Core) Tipo de processador: Xeon Velocidade do processador mínimo: 3,00 GHz - REDE E COMUNICAÇÃO: Tecnologia Ethernet: Gigabit Ethernet (Ideal 2 portas) FONTE: Fonte Potência Real, mínimo 400 Watts (Ser redundante) - ARMAZENAMENTO: 1 Capacidade total de disco rígido 1TB (2HD's de 500 gb). Interface de disco rígido: Serial ATA ou preferencialmente SAS. Tipo de unidade óptica: Gravador DVD SISTEMA OPERACIONAL: Windows Server R2 Com 45 CALS Incluso: Nobreak: 1.200VA Bivolt Garantia 12 meses. | <b>G</b> IVOLVI | MENTO             |                |

### III - CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO BEM A SER ADQUIRIDO:

- 1 O objeto da licitação constante deste edital deverá ser entregue no Município de Igaratinga na Praça Manuel de Assis 272, Centro Igaratinga, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias a partir do recebimento de cada ordem de fornecimento, observadas as respectivas necessidades.
- 1.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado se configurada uma das hipóteses previstas no artigo 57 da Lei de licitações.
- 1.2 O Município de Igaratinga MG, reserva-se o direito de não receber os produtos em desacordo com as especificações descritas em anexo, podendo cancelar o contrato e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal 8666/93 e suas alterações.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

#### 2 GESTOR E FISCAL DO CONTRATO:

- 2.1 O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Administração e Planejamento o Senhor Geraldo Fábio de Menezes e o fiscal o Senhor Fábio Costa Silva.
- 2.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO.
- 2.2.1 Organizar o contrato, apostilas e os termos aditivos;
- 2.2.2 o prazo de vigência e execução;
- 2.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)
- 2.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 2.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;
- 2.2.6 Manter atualizado os valores dos serviços com aditivos e supressões.
- 2.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO.
- 2.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato;
- 2.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:
- 2.3.3 Propor e sanções cabíveis;

### 3 - VIGÊNCIA DO CONTRATO:

3.1 – A vigência do contrato será da assinatura do contrato até 31/12/2019.

### 4 - DO PAGAMENTO:

- 4.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento em até 30 (trinta) após o recebimento definitivo da mercadoria, conforme a Autorização de Fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal, aceita e atesto do responsável pelo recebimento do objeto, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 4.2 O licitante detentor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.
- 4.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

### 5 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:

5.1 O pedido se refere à de aquisição de um servidor torre para o sistema gerenciador de banco de dados. Faz-se necessário a aquisição de um servidor, uma vez que o servidor que hoje atende a Prefeitura Municipal de Igaratinga, não comporta a o sistema integrado com a prefeitura, o que pode causar instabilidade, paralizações e até perda de informações.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### 6 - AVALIAÇÃO DE CUSTO:

6.1 A divulgação do orçamento como anexo do edital é facultativo da Administração, pois, a teor do disposto no inciso III do artigo 3º da Lei Federal 10.520, de 2002, sendo que o orçamento está disponível nos autos para averiguação de todos os licitantes interessados.

#### 7 - METODOLOGIA:

8.1 O critério de aceitação das propostas será o de menor preço por item.

Igaratinga, MG, 11 de Junho de 2019.



TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### **ANEXO IV**

#### DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO BENEFICIÁRIA COMPLEMENTAR Nº 123, DE 2006.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019 A empresa inscrita no CNPJ sob o no por intermédio de representante legal Sr.(a) portador do Documento de Identidade nº , inscrito no CPF \_\_\_\_\_ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da citada lei e que cumpre os requisitos legais para qualificação como: () Microempresa, ME ou () Empresa de Pequeno Porte, EPP, definida no art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006; ( ) Sociedade cooperativa equiparada à ME ou EPP, tendo auferido, no anocalendário anterior, receita bruta correspondente aos limites definidos no inciso II do art. 3° da Lei Complementar n° 123, de 2006, nela incluídos os atos cooperados e não cooperados. (Assinalar a condição da empresa) () Declaro que a empresa possui restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81, da Lei Federal nº 8.666/93. (Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima) de de 2019.

22

(Nome e Assinatura do Representante Legal



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

#### **ANEXO V**

# MINUTA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIDOR TORRE $N^{\circ}$ - /2019

Pregão nº - 32/19 - Processo Licitatório nº 48/19

**CONTRATANTE:** Município de Igaratinga, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 18.313.825/0001-21, com sede na Praça Manuel de Assis, 272, centro – Igaratinga/MG, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Renato de Faria Guimarães, brasileiro, solteiro, agente político, portador da carteira de identidade nº MG – 10.411.316/SSPMG e CPF nº 038.587.786-21.

### CONTRATADA:

CONTRATO: Entre as partes retro nomeadas e qualificadas, fica ajustado o presente termo de contrato, regido pela Lei Federal nº 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, nos termos das seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO**

1 - Constitui objeto do presente CONTRATO, o fornecimento de um servidor torre para atender as necessidades da secretaria municipal de administração e planejamento do Município de Igaratinga/MG, conforme anexo III parte integrante deste edital.

# CLÁUSULA SEGUNDA: PRAZOS ABALHO EM DESENVOLVIMENTO

2.1 A vigência do presente contrato, inicia-se no dia ...... de ...... de dois mil e dezenove, com término previsto para o dia 31 (trinta e um) de dezembro de dois mil e dezenove, podendo haver prorrogação nos termos da Lei.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: VALORES

- 3.1 O valor do presente contrato é o constante no mapa comparativo de preços do Processo Licitatório nº 48/19, Pregão nº 32/19, referente aos itens vencidos pela **CONTRATADA**, totalizando o valor estimado de R\$,00 (......).
- 3.2 O **CONTRATANTE** poderá acrescer ou suprimir os quantitativos, respeitando os limites legais.

Serão incorporados ao CONTRATO, mediante TERMO ADITIVO, todas e quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante sua vigência, decorrentes de alterações, a critério do **CONTRATANTE**.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO

- 4.1 O Município de Igaratinga efetuará o pagamento em até 30 (trinta) após o recebimento definitivo da mercadoria, conforme a Autorização de Fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal, aceita e atesto do responsável pelo recebimento do objeto, através de crédito em conta bancária previamente informada, ou mediante pagamento através da Tesouraria Municipal.
- 4.2 O licitante detentor deverá entregar junto com a Nota Fiscal/Fatura ou documento equivalente a Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS, ou prova equivalente que comprove regularidade de situação para com a Seguridade Social em dia.
- 4.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a nota fiscal será devolvida à contratada e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

### CLÁUSULA QUINTA: DO REEQUÍLIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 5.1 O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação da CONTRATADA com vistas á manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, inciso II, alínia "d" da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.2 As eventuais deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

#### CLÁUSULA SEXTA: RECURSOS FINANCEIROS

6.1 - As despesas correspondentes à execução de trabalhos constantes deste CONTRATO correrão por conta da Dotação Orçamentária nº – 02.01.04.126.2710.1.009-4.4.90.52.00-711.

# TRANSFORMANDO TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO CLÁUSULA SÉTIMA: DA ENTREGA DO OBJETO

- 7.1 O objeto da licitação constante deste edital deverá ser entregue no Município de Igaratinga, na Praça Manuel de Assis, 272 Centro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias a partir do recebimento de cada ordem de fornecimento, observadas as respectivas necessidades.
- 7.2 O Município de Igaratinga reserva-se o direito de não receber as mercadorias em desacordo com o previsto neste contrato, podendo cancelar o mesmo e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI da Lei Federal nº 8.666/93.
- 7.3 A CONTRATADA é obrigada a substituir, de imediato e as suas expensas, mercadorias em que se verificarem irregularidade.

### CLÁUSULA OITAVA: DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 – A CONTRATANTE obriga-se a efetuar o pagamento estipulado na cláusula terceira e quarta do presente instrumento após a apresentação, aceitação e atesto



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

do responsável pelo recebimento dos produtos fornecidos e emissão de nota fiscal por parte da CONTRATADA e desde que cumpridas as demais exigências e formalidades previstas em lei e neste contrato.

- 8.2 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto do CONTRATANTE, de acordo com o estipulado neste instrumento.
- 8.3 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.4 A CONTRATADA fica responsável por todas as despesas necessárias ao fiel cumprimento do presente contrato, inclusive encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais.
- 8.5 A CONTRATADA deverá arcar com as despesas de transporte e carga/descarga das mercadorias diretamente nos locais indicados.

### CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO E PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

- 9.1 Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, de acordo com o que dispõe ao art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.2 A CONTRATADA, ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato.
- 9.3 O presente contrato poderá se<mark>r prorrogado caso se configure algumas das</mark> hipóteses elencadas no § 1º do artigo 57 da Lei Federal de Licitação.

### CLÁUSULA DÉCIMA: RESCISÃO

- 10.1 O contrato poderá ser rescindido, em qualquer época pelo CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos arts, 77, 78 e 79 da lei Federal 8.666/93.
- 10.2 Poderá ainda o presente contrato ser rescindido, desde que motivado o ato e assegurado à CONTRATADA, sem que a mesma tenha direito à indenização de qualquer espécie, caso cometa o que se seque:
- não cumpra qualquer das obrigações estipuladas em CONTRATO; a)
- desviar-se das especificações; b)
- deixar de cumprir ordens do CONTRATANTE, sem justificativa; c)
- atraso injustificado nos prazos previstos; d)
- paralisação da entrega sem justa causa e prévia comunicação ao e) CONTRATANTE;
- decretação de falência ou instalação de insolvência civil; f)
- for envolvido em escândalo público e notório; g)
- quebrar o sigilo profissional; h)
- i) na hipótese de ser anulada a adjudicação em função de qualquer dispositivo legal que a autorize.
- 10.3 O CONTRATO poderá ser rescindido ainda, por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela autoridade do Sr. Prefeito Municipal.
- 10.4 A rescisão administrativa ou amigável do CONTRATO deverá procedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 10.5 A nulidade do processo licitatório induz à do presente contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo único do art. 59 da lei Federal nº 8.666/93.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### CLÁUSULA ONZE: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Aos fornecedores que descumprirem total ou parcialmente o objeto celebrado com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal n.º 8.666, de 1993, e suas alterações, obedecidos os seguintes critérios:
- 11.1.1 advertência utilizada como comunicação formal, ao fornecedor, sobre o descumprimento da Autorização de Fornecimento, ou instrumento equivalente e outras obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- 11.1.2 **multa** deverá ser prevista no instrumento convocatório, observados os seguintes limites máximos:
- a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da Nota de Autorização de serviços;
- b) 30% (trinta por cento) sobre o valor da Nota de Autorização de serviços, não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto contratado, na hipótese da contratada injustificadamente, desistir da execução do contrato ou der causa á sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento deste termo, quando o Município, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.
- 11.1.3 **suspensão** temporária de pa<mark>rticip</mark>açã<mark>o e</mark>m licitação e **impedimento** de contratar com a Administração, por prazo definido no art. 87, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações;
- 11.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 11.2 As penalidades de **advertência** e **multa** serão aplicadas de ofício ou por provocação, pela autoridade competente expressamente nomeado no instrumento convocatório.
- 11.3. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções restritivas de direitos, constantes no edital.
- 11.4 As sanções previstas nesta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

### CLÁUSULA DOZE: CESSÃO

12.1 - A **CONTRATADA** não poderá ceder ou transferir o presente CONTRATO.

### CLAÚSULA TREZE: DO COMPROMISSO

13.1 – **A CONTRATADA** obriga-se a atender integralmente as exigências constantes do edital de pregão nº 32/19, passando este a fazer parte integrante deste contrato.



Estado de Minas Gerais CNPJ: 18.313.825/0001-21

### CLAÚSULA QUATORZE: DA GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

- 14.1 O Gestor do contrato será o Secretário Municipal de Administração e Planejamento o Senhor Geraldo Fábio de Menezes e o fiscal o Senhor Fábio Costa Silva
- 14.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO.
- 14.2.1 Organizar o contrato, apostilas e os termos aditivos;
- 14.2.2 o prazo de vigência e execução;
- 14.2.3 Solicitar prorrogação e aditivos (quantitativos/qualitativos)
- 14.2.4 Analisar proposta de prorrogação;
- 14.2.5 Manter controle da ordem cronológica de pagamentos;
- 14.2.6 Manter atualizado os valores dos serviços com aditivos e supressões.
- 14.3 ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DO CONTRATO.
- 14.3.1 Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato:
- 14.3.2 Determinar o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados:
- 14.3.3 Propor e sanções cabíveis;

### CLAÚSULA QUINZE: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

15.1 – Quaisquer controvérsias e omissões deste contrato serão regidas pela Lei Federal 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como pelo Decreto Municipal nº 462/2006 e Pregão nº - 32/19.

### CLÁUSULA DEZESSEIS: FORO

16.1 - É eleito o foro da Comarca de Pará de Minas-MG para dirimir as dúvidas ou pendências oriundas do presente CONTRATO, com expressa renúncia a qualquer outro, ainda que privilegiado.

E, por estarem assim justos e acordados, assina o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma devidamente testemunhados.

Igaratinga, de de 2019.

Renato de Faria Guimarães O TRABALHO EM DESENVOLVIMENTO Prefeito Municipal – **CONTRATANTE** 

#### **CONTRATADA**

Geraldo Fábio de Menezes Gestor do Contrato

Fábio Costa Silva Fiscal do Contrato